

“Anota aí: Eu sou ninguém”

As transformações no senso de coletividade e o uso tático das mídias no Brasil

Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Vigilância, Criptografia, Ativismo e Redes Sociais Federadas, do VIII Simpósio Nacional da ABCiber, realizado pelo ESPM Media Lab, nos dias 3, 4 e 5 de dezembro de 2014, na ESPM, SP.

João Marcelo Simões (Rio de Janeiro, 1979) é designer e desenvolve pesquisa em comunicação, política e redes digitais. Possui pós-graduação em mídias digitais pelo Senac-SP e graduação pela ESPM-SP. (joaomls@gmail.com)

Resumo

O elemento central deste artigo tem como foco o papel das redes sociais digitais como catalisadoras para as manifestações que ocorreram no Brasil em junho de 2013. Por meio do estudo da movimentação das redes no período de 12 a 19 de junho e da análise dos principais autores e críticos que discorreram sobre os acontecimentos no período, foi traçado um panorama sobre o fenômeno político na Internet e apresentados alguns possíveis caminhos para o futuro da democracia dentro da sociedade em rede. Por meio dessa investigação, foi possível analisar transformações nos modos de perceber a noção de coletividade. Este estudo pretende contribuir para futuras pesquisas sobre rede, ciberativismo, democracia digital e outras variações sobre o tema que estão atualmente em debate e podem se apresentar em breve como alternativas a nossa sociedade.

Palavras-chave: coletividade; democracia digital; ciberativismo; movimentos sociais; multidão

O ano de 2013 no Brasil foi marcado pelo grande número de manifestações que ocorreram em inúmeras cidades do País. O desejo de mudança, inicialmente incitado pela luta contra o aumento da tarifa de ônibus no mês de junho (relacionado ao Movimento Passe Livre – MPL), tomou maiores proporções quando assumiu diferentes frentes de contestação. Podemos observar que, além de uma crise política e social (que também se observa em outras partes do mundo), os movimentos¹ foram marcados pela presença das redes sociais digitais como suporte fundamental para seu surgimento, articulação e ampliação.

¹ Movimentos sociais podem ser definidos como tentativas – pautadas em valores comuns àqueles que compõem o grupo – de definir formas de ação social para alcançar determinados resultados (BOBBIO, MATEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 787)

As manifestações² de junho apresentaram uma arquitetura de comunicação que, além de reforçar o discurso do coletivo, possibilitou também a expressão das vozes de seus participantes. A esse processo CASTELLS (2013) dá o nome de Redes de Indignação, que ficou evidenciado na multiplicidade de conteúdos apresentados on-line ou em cartazes e outras expressões que circularam nas ruas. Essa polifonia passou a ser tema de discussão entre jornalistas, teóricos e população, que expuseram pontos de vista diversos e muitas vezes dissonantes sobre esse momento.

Peter Pál Pelbart, em artigo para a *Folha de S.Paulo*³, "Anota aí: Eu sou ninguém" – título homônimo deste artigo –, chama atenção para a dessubjetivação como potência de transformação e mudança social e política na atualidade. "Anota aí" indica uma fala a um suposto jornalista – aquele que trabalha para os meios tradicionais e tenta, a todo momento, criar e capturar personas que possam servir como ilustrações de um contexto. "Eu sou ninguém", como afirmou uma das integrantes do MPL durante as manifestações (diferente de dizer "eu **não** sou ninguém"), propõe uma individualidade (eu sou) aliada ao coletivo (ninguém). Nesse caso, "Eu sou ninguém" significa também "eu sou todo mundo".

A partir desse pressuposto, o artigo pretende discutir esse novo senso de coletividade diante de um País em crise com suas instituições, sua crença na democracia e na cidadania, sua voz e seus canais de comunicação; e o funcionamento das redes, intensificado com o uso das tecnologias digitais, potencializa esse novo modo de agir em sociedade.

Jornadas de junho

As manifestações populares de junho de 2013 ocorreram em diversas cidades do País e ganharam forte apoio popular logo após a divulgação das cenas de repressão policial contra os manifestantes (em especial, o caso da jornalista da *Folha de S.Paulo*

² Para este artigo, o termo "manifestação" difere de movimento no sentido de definir a ação direta nas ruas, como movimento de comunicação e contestação dentro do espaço público.

³ Artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2013/07/1313378-peterpal-pelbart-anota-ai-eu-sou-ningueam.shtml>>. Acesso em: 25 set. 2013.

Giuliana Vallone, que tomou um tiro de bala de borracha no olho⁴). Com sua expansão e aderência, o movimento passou a expor diversos temas de protesto, algumas vezes até mesmo de tom reacionário, mas que em geral expunham a insatisfação da população com a corrupção na política. Porém, mesmo diante da multiplicidade de abordagens, o pano de fundo se manteve: a redução da tarifa de ônibus (com êxito em diversas cidades, como em São Paulo e Natal).

O movimento ocorreu pela primeira vez em Natal (RN), um ano antes dos grandes protestos e, mesmo após dura repressão da polícia, foi vitorioso na revogação do aumento da passagem. Em junho, após nova tentativa de reajuste, houve novos confrontos entre estudantes e policiais, dessa vez misturados ao auge das manifestações em todo o País. Porto Alegre, Recife e Goiânia foram as primeiras cidades que, na sequência, aderiram ao movimento.

Num primeiro momento, a participação popular foi pouco expressiva, não havia apoio da grande mídia e a repressão policial foi extremamente violenta. Em São Paulo, após o anúncio do aumento da tarifa pelo prefeito Fernando Haddad, foram realizados três protestos violentamente reprimidos pela Polícia Militar (gerida pelo governo do Estado). A imprensa prontamente caracterizou os manifestantes como vândalos⁵. Após essas manifestações, diversas cidades do País aderiram à causa; no quarto dia de protesto em São Paulo, a repressão policial foi excessiva, chegando a ferir jornalistas. Nesse momento, o discurso da imprensa se modificou e iniciou-se uma crítica à atuação da polícia. Todos esses fatores geraram maior interesse pelas manifestações e um crescimento exponencial no número de participantes.

Na segunda fase, a grande mídia passou a apoiar os movimentos, a participação popular foi expressiva e houve diminuição da violência policial (com exceção de algumas cidades). A maior parte das manifestações foi pacífica, ocorrendo quase que diariamente em diversas cidades do País. A revogação do aumento aconteceu na maior parte delas, muitas vezes com ressalvas de seus governantes. No dia 20, os manifestantes começaram a inserir novos temas de reivindicação nas

⁴ Matéria no UOL sobre a jornalista da *Folha de S.Paulo* atingida pela bala de borracha. Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/13/reporter-da-tv-folha-e-atingida-no-olho-por-balade-borracha-durante-protesto-em-sp.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

⁵ Imprensa tradicional mostra indignação contra manifestantes. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,chevou-a-hora-do-basta,1041814,0.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2014

paradas, entre elas a reforma política. Nessa mesma data, 1,4 milhão de pessoas foram às ruas em mais de 120 cidades brasileiras.

Parte da imprensa tradicional foi criticada por não ter feito cobertura ao vivo das manifestações, ou por ter direcionado atenção a elas somente depois da agressão a seus jornalistas. As críticas vieram tanto da imprensa independente nacional quanto da internacional, que denunciaram a parcialidade dos veículos em favor de uma “versão oficial”. A desconfiança da mídia tradicional naquele momento levou principalmente o público jovem a buscar todas as informações nas redes sociais, como o Twitter, e os canais “alternativos”, como a POSTV, apresentada mais adiante.

Apesar da mudança de postura dos governos municipais, o pronunciamento da presidenta da República, Dilma Rousseff, só veio no dia 21 de junho, prometendo mudanças e afirmando seu apoio às manifestações. De forma geral, pouco se concretizou em relação ao pacto nacional firmado entre o governo federal e os governos estaduais, que consistia em: investimentos em transporte público; reforma política e combate à corrupção; aumento dos investimentos em saúde e educação; e ações de responsabilidade fiscal. E a reforma política ainda permanece como um tema em discussão.

Em julho o movimento perdeu adeptos, primeiro em decorrência da aprovação de sua proposta inicial, mas principalmente após o aumento da violência dos protestos com a entrada dos “black blocs” (tática anarquista que tem como forma de manifestação a depredação de símbolos de poder e capitalistas). Segundo pesquisa realizada pelo instituto MDA, em novembro de 2013, enquanto 81,7% da população apoiava os protestos que ocorriam desde junho, 93,4% não concordavam com a ação dos grupos que adotam a violência como forma de protesto⁶.

“Somos a rede social”⁷

Da mesma forma que já ocorria em outras partes do mundo, as manifestações que tomaram as ruas em junho de 2013 tiveram como meio principal de engajamento

⁶ *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/07/maioria-aprova-protestosmas-93-dos-brasileiros-reprovam-black-blocks-diz-pesquisa.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

⁷ Somos a rede social: frase utilizada pelos manifestantes para explicitar o uso das redes digitais como instrumento de mobilização social. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/somos-a-rede-social>>. Acesso em 21 out. 2014.

e mobilização as redes sociais digitais. Facebook e Twitter foram considerados uma das principais forças por trás da multidão de jovens que ocupou as ruas do País, seguidos de outras redes como WhatsApp, YouTube e Instagram.

“As redes sociais na internet têm sido largamente exploradas para o ativismo on-line, ou ciberativismo, caracterizado pela logística das relações sociais em rede. Com caráter em efervescência de mutabilidade, instauram-se, contudo, novas formas de sociabilidade e interações que modificam a paisagem da comunicação digital vigente. A ecologia midiática assume, neste sentido, novos enfoques. Se antes as mídias convencionais detinham a centralidade das informações, essa perspectiva é modificada quando os atores sociais entram em cena e rompem, de certo modo, com a informação vertical, condensada em grandes monopólios midiáticos, difundidas via interações e práticas mediadas por computador” (RODRIGUES, 2013, p. 33).

Não se pode afirmar que os grandes veículos de imprensa nesse novo contexto perderam seu papel na formação da opinião pública. Houve, contudo, uma mudança repentina de posicionamento, primeiro contrária e depois favorável aos movimentos, que foi percebida por quem estava nas ruas. A imprensa tradicional acabou prejudicada, muitas vezes tendo seu trabalho de cobertura interrompido: sob os gritos “O povo não é bobo, abaixo a rede Globo”, Caco Barcelos e Marcos Losekan não conseguiram fazer suas matérias sobre as manifestações. Na crise com as instituições está inserida uma insatisfação com o modelo de comunicação, que tradicionalmente ainda é dominado por poucos grupos, embora a Internet tenha possibilitado uma multiplicidade de vozes e articuladores nunca vista antes. Em meio a esse movimento, um grupo destacou-se e tornou-se o principal canal de comunicação, considerando o grande volume de pessoas que comentavam e documentavam o que acontecia, direto das manifestações: a POSTV.

A POSTV é um veículo de mídia digital independente, organizado pelo N.I.N.J.A. (Narrativas Independentes Jornalismo e Ação) e financiado pelo Circuito Fora do Eixo. Durante as passeatas seus pós-jornalistas (termo que o grupo utiliza) estavam nas ruas, munidos de celulares, câmeras e um gerador elétrico num carrinho de supermercado, enquanto outros veículos documentavam as ações de helicópteros ou em cima de prédios. No auge das manifestações, a POSTV chegou a ter 120 mil visualizações, o que é um número considerável para diversas emissoras comerciais, num total de 50 cidades com cobertura ao vivo.

No contexto das redes como matriz sociotécnica para as ações sociais, CASTAÑEDA (2014, p. 109) retoma o pensamento de Castells quando afirma que os protestos “apresentam uma dinâmica que se inicia nas redes da Internet, vai para as ruas, volta para as redes da Internet, retorna às ruas e permanece vivo nas redes da Internet”. Nesse momento em que “retornam à rede”, os manifestantes estão conectados e trocando experiências, articulando o próximo comparecimento às ruas.

Outro aspecto importante a ser considerado é o caráter descentralizado, multicêntrico e sem lideranças formais, que reflete a própria dinâmica das redes. Essa pluralidade suscitou diversas críticas ao movimento, que de forma geral representavam uma tentativa de aplicar modelos já consagrados a uma nova realidade. Não é possível enxergar o papel das redes sociais digitais como apenas um aspecto tecnológico desse contexto. Para SANTOS (apud FARIA e CARVALHO, 2013), a esquerda brasileira nunca fez uma crítica profunda sobre mídia e tecnologia.

Muito se comentou também no período sobre o *ativismo de sofá*. O termo, de caráter pejorativo, se refere ao uso das redes como instrumento de articulação de campanhas sociais que qualquer usuário pode apoiar apenas com um clique. Para seus críticos, como LOVINK (2012), não há engajamento real nas causas e, por esse motivo, elas tendem a fracassar. Por outro lado, LÉVY (2013) acredita que as petições on-line são instrumentos legítimos da democracia e enxerga de forma positiva qualquer forma de expressão da cidadania⁸. Foram realizadas diversas petições, tendo destaque a do fim do voto secreto na Câmara e no Senado, que, segundo dados do próprio site em 2014, conquistou 700 mil apoiadores e contribuiu para pressionar o governo na mudança da lei.

O Facebook, contudo, não é uma ferramenta democrática, apesar do uso na organização dos protestos e no engajamento social. A maior rede social do mundo na atualidade apresenta problemas quanto de censura, liberação de informações para empresas, governos e políticas pouco claras de privacidade. Mesmo assim, *fan pages* como #Vemprarua ou #Ogiganteacordou serviram de catalisadores para o evento e de fonte de informação para a imprensa.

⁸ Lévy: Não ‘sou contra o ativismo de sofá’. Disponível em: < <http://blogs.estadao.com.br/link/pierre-levy-naosou-contra-o-ativismo-de-sofa/>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

De modo similar, o Twitter foi apontado, segundo enquete realizada pela sucursal da BBC no Brasil⁹, como o principal canal de notícias em tempo real sobre os acontecimentos daquele junho. Em um dos estudos realizados sobre essa rede digital, o professor Malini, do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo, considerou como amostra a rede “Dilma” (#dilma), no período de 16 e 17 de junho. Para entender melhor essa rede, separou-a em quatro grupos distintos: os favoráveis à presidenta; os opositoristas; os não partidários; e a grande mídia. Nos dias analisados, a hashtag (palavra-chave com função de tornar indexável um tema dentro dos mecanismos de busca da Internet) foi utilizada mais de 170 mil vezes, havendo 50 mil replicações dessas mensagens.

O foco da pesquisa foi identificar os “hubs” e as “autoridades” no Twitter. “Hubs” são perfis que possuem qualidade de conexões; em geral, ativistas. “Autoridades” são os que produzem conteúdo relevante e se preocupam com credibilidade; em geral, perfis noticiosos. De forma geral, Malini conclui que a rede está além do caráter factual da notícia e da bipolaridade, em geral associada a um partido político.

Apesar da grande movimentação entre os perfis favoráveis e de oposição a #dilma, a rede maior foi formada por um terceiro grupo, não ligado a partidos políticos, mas relacionado aos movimentos sociais e às manifestações e que, em geral, tecem críticas sobre assuntos evitados pelos grupos anteriores, como a questão indígena. Possuem grande densidade e se conectam a muitos perfis e, por esse motivo, estavam mais relacionados aos que estavam nas ruas. Os veículos da mídia tradicional representados no Twitter, por outro lado, se posicionam como grandes autoridades, mas não formam rede, pois não criam relação com os outros usuários.

Multidões nas ruas

Existe um aspecto fundamental e comum aos grupos ativistas da atualidade: o anonimato. MPL, Black Blocs, Anonymous e a própria multidão que estava nas ruas, mesmo com suas singularidades, não eram representados por um rosto ou uma única

⁹ Brasileiros ‘descobrem’ mobilização em redes sociais durante protestos. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/07/130628_protestos_redes_personagens_cc.shtml> . Acesso em: 19 abr. 2014.

voz. Para AGAMBEN (apud PELBART, 2013), “os poderes não sabem o que fazer com a singularidade qualquer”. MALINI (2013) reforça essa ideia, considerando ainda que, com os protestos, a sociedade atingiu um novo grau de maturidade de enxameamento em tempo real: de um lado, o Estado hierarquizado, representado pela polícia, órgão de repressão e coerção; do outro, as pessoas distribuídas em diversos grupos, em rede, realizando atos que variavam entre a desobediência e a “baderna”. A polícia, acostumada a identificar lideranças da guerrilha urbana, não soube lidar com esse grupo tão múltiplo, capaz de “atacar” por todos os lados e sumir rapidamente quando fosse necessário.

Os protestos aconteceram em todo o País, como pequenas revoltas locais hiperconectadas. Quem não estava nas ruas auxiliava os outros com informações sobre médicos de plantão, advogados ou ameaças da força policial. O #protestoBR, que atingiu a marca de 900 mil *tweets* (mensagens do Twitter) em um mês, advém de outros – com forte visibilidade nas redes sociais – como: Pinheirinho, Belo Monte, anti-Feliciano, contra o aumento da tarifa, questão indígena dos guaranis-kaiowás, revolta contra pactos políticos espúrios (PT x Maluf, PSDB x DEM, Marina Silva x capitalistas ambientais) e o megacompartilhamento de internautas contra o mensalão ou a favor de alguns réus. Para MALINI (2013), “agora toda luta local é nacional. E vice-versa. E em rede”.

Outro aspecto importante da multidão, observado nos acontecimentos das Jornadas de Junho e em outras partes do mundo, se refere a sua horizontalidade e ausência de centro. Mesmo com os esforços da imprensa tradicional e dos órgãos institucionais, não foi possível identificar de fato lideranças nem personagens que realmente estivessem no comando das manifestações. Para GOMES (2014a), a “colaboração-dessubjetivação se apresenta como expressão imediata de uma quantidade de singularidades inumerável e indecível, ou seja, não há termo que estabeleça o pertencimento dela a um conjunto dado”.

Quando se fala em multidão e multiplicidade, não existe mais dicotomia entre singular e coletivo; ela tem consistência e singularidades próprias, “numa materialidade incorporal que rascunha a diferença e nos lança em devires, em trocas selvagens, inorgânicas, onde o todo aberto ao tempo é que cria o ‘evento singular’” (GOMES, 2014b). Há nas manifestações, enquanto fenômeno de experimentação da

multidão, uma experiência política, afetiva e estética, de construção de novas singularidades.

Portanto, o anonimato tornou-se linguagem da multidão: corpo e fala convergindo para a construção do comum, do estar junto, do social. Quando se questiona a representatividade a partir da própria negação de identidade, os “anônimos” afirmam sua ação política. Por isso, é importante entender a possibilidade do anonimato como performance estética, já considerando a impossibilidade da separação entre estética e política. “Ser ninguém”, portanto, se apresenta também como ponto de conflito em meio aos regimes de visibilidade e representatividade política tradicionais. Pois, se a estética pode ser entendida como articulação entre ver, fazer e falar, “a política ocupa--se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis tempos” (RANCIÈRE, 2009, p. 17).

NEGRI (2004, p. 15-16) define multidão dentro de três aspectos. O primeiro a posiciona como um conjunto de singularidades. Sua teoria define que os sujeitos falem por si mesmos: trata-se muito mais de singularidades não representáveis que de indivíduos proprietários – independentes entre si e de um contrato social. A multidão também é um conceito de classe: compreende-se assim que a multidão está sempre produtiva e em movimento, mas numa perspectiva diferente do que se define como classe trabalhadora – a que se relacionam os conceitos de produção e de cooperação social. Para o autor, não são os indivíduos que são explorados, mas sim as singularidades, as formas que cooperam entre si e as redes que se constroem através delas. Portanto, essa exploração não pode ser medida ou quantificada e não se enquadra num esquema de político econômico keynesiano¹⁰.

Por último, NEGRI (2004) afirma que multidão significa também potência. Partindo-se do pressuposto da ideia de colaboração, pode-se supor que o todo de singularidades produz além do que pode ser previsto. Não tem como objetivo apenas

¹⁰ John Maynard Keynes foi um economista inglês que, em sua obra *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, defende uma teoria de organização político-econômica que ficou conhecida como keynesianismo. Em contraponto com a teoria liberal, prevê a intervenção do Estado em todos os aspectos, principalmente na economia. Por garantir, em seu princípio, condições de vida mínimas a sua população, através de políticas salariais, de saúde, educação e infraestrutura, também é conhecido como “Estado de bem-estar social”. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/economia/keynesianismo/>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

sua expansão, mas a corporificação, a materialização do *General Intellect* (expressão criada por Marx para designar a dimensão coletiva e social da atividade intelectual quando esta é fonte de produção de riqueza), ou da inteligência coletiva, termos mais contemporâneo utilizado por LÉVY (2007).

Autocomunicação de massa

É importante ressaltar também que a comunicação em ampla escala passou nos últimos anos por um processo profundo de desenvolvimento tecnológico e organizacional. Esse novo cenário fez emergir o que CASTELLS (2013, p. 16) chamou de autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa e, mais recentemente, móvel, com a popularização de dispositivos como os *smartphones*, por exemplo. E, com isso, a sociedade se estrutura na rede e, conseqüentemente, os movimentos e manifestações no século XXI.

O caso brasileiro não foi diferente. Munidas de celulares conectados às redes sociais, as pessoas se mobilizaram, engajaram outras e saíram às ruas. A multidão, como descrita por Negri, era plural e, em muitos casos, foi acusada de não ter objetivos, intenção, e mesmo de estar sendo manipulada pela direita política.

No ano de 2013, as manifestações reposicionaram a cena política brasileira num novo limiar de possibilidades e complexidade. Trouxeram à tona não somente outras concepções do fazer político, como novas vozes para esse espaço. É importante enfatizar também que grande parte do público presente aos protestos era de jovens entre 14 e 24 anos, segundo o Ibope¹¹. Para BIRMAN (2014, p. 25), a presença desse perfil de público foi fundamental para imprimir o caráter de “acontecimento propriamente dito”, com todo o “sentido simbólico, histórico e político que implica este conceito”.

O psicanalista reforça, em sua análise sobre o perfil dos protestos e manifestantes, os conceitos de Negri sobre multidão. É portanto fundamental destacar a multiplicidade de palavras de ordem e a descentralização dos grupos envolvidos, pondo em evidência a questão da singularidade de seus atores. Observou-se também

¹¹ Dados sobre o perfil dos manifestantes das Jornadas de Junho, publicados pelo site G1. Disponível em: < <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

uma “exuberância estética” dos protestos, marcados por diferentes figurinos e coreografias, evidenciando a questão poética das manifestações e também a multiplicidade de desejos “emanados pelos corpos e cadenciados pelo conjunto dos movimentos em pauta” (BIRMAN, 2014, p. 25).

PELBART (2013) reforça a questão do desejo como elo de ligação dessa multidão, não um único, mas múltiplos desejos. Mais que reivindicações, que podem ser satisfeitas, o desejo obedece a outra lógica: a da expansão, contágio, proliferação, multiplicação e reinvenção, quando se conecta com outros desejos. Nas manifestações, portanto, enxerga-se o desejo coletivo, o prazer de ir às ruas sentir a pulsação dos corpos, a multiplicidade de tipos, sentir-se parte disso. A rua reflete as redes, as redes sociais digitais, a inteligência coletiva e a sensorialidade ampliada. A multidão portanto, vai atrás do desejo que lhe é comum: da tarifa de ônibus que deveria ser justa a todos, do transporte que funcione e portanto, do direito à cidade.

Considerações finais

As Jornadas de Junho mostraram a insatisfação das pessoas com as instituições que, teoricamente, as representam. Uma crise da representação política, visível na descrença e desqualificação do parlamento, dos partidos e dos políticos, especialmente entre os jovens (COSTA, 2013). Pesquisa do Instituto Data Popular publicada no dia 21 de junho de 2013, com 1.502 pessoas entre 18 e 30 anos, em 100 cidades do país, revelou que 75% não confiam nos políticos nem nos partidos (e 59% também não confiam na Justiça).

As redes dão, além da possibilidade de mobilização e engajamento, a expectativa de uma nova forma de democracia e participação. Existem duas vertentes que hoje pensam os impactos da Internet na democracia. A primeira fala do potencial e das vantagens para o governo, principalmente devido ao aumento da eficiência dos processos, integrando diferentes serviços a médio prazo de forma a gerar uma economia de recursos significativa, além de maior transparência política.

Essa perspectiva aponta para uma nova relação política com os cidadãos, incluindo maior capacidade de participação nas políticas públicas, de comunicação direta com as autoridades, de fiscalização de obras públicas, entre outros. A esse impacto da incorporação da Internet nos campos políticos, dá-se o nome de e-

governo. No Brasil temos como exemplos o site E-democracia (<http://edemocracia.camara.gov.br/>) e o Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br/>).

Pode-se observar que as instituições públicas e políticas estão sendo pressionadas pelos cidadãos a começar a questionar a maneira tradicional de fazer política. Esse aumento da comunicação entre o Estado e os cidadãos por meio eletrônico tem sido um novo componente do processo de democratização. O que é novo, no entanto, não é o uso da tecnologia, mas a possibilidade de abertura de canais mais diretos de comunicação entre governo e cidadãos. É uma nova forma de mediação que afeta esquemas de representação tradicionais.

É importante destacar a participação popular sem mediação do governo. Para LÉVY (2012, p. 375), o “ciberespaço é muito mais inclusivo do que todos os outros meios de comunicação anteriores”, pois permite a expressão de todos os indivíduos e o acesso a mais informação.

Uma segunda vertente, considerada mais radical, é a democracia digital mista (direta e indireta), ou democracia estendida, como definido por AZEVEDO (2012). Obviamente não estimulada pelo governo, mas que possui iniciativas importantes no exterior, como a Red Ciudadana Partido X, na Espanha; o Demoex, na Suécia; e, no Brasil, o Partido Cidadãos. A premissa básica desses partidos é o uso da Internet como ferramenta de participação direta na política.

O Partido Cidadãos (<http://cidadaos.org.br/>) tinha como proposta a criação de um site em que qualquer eleitor (filiado ao partido) pudesse opinar e votar nos projetos de lei em tramitação, onde o partido tivesse representantes. Cada decisão seria submetida a debate na Internet e, por esse motivo, o voto não seria secreto. Em consulta ao site do Tribunal Superior Eleitoral, em 19 de abril de 2014, o partido ainda não aparecia cadastrado no seu sistema. Embora esse tipo de experiência esteja em fase de teste, ou tenha sido aplicada em pequenas cidades, não é impossível pensar na aplicação desse conceito como estratégia de expansão e aprofundamento da participação política.

Como afirma RIBEIRO (2008, p. 30), o maior problema para uma democracia direta hoje não é a dimensão territorial ou densidade populacional dos países, que poderia ser resolvida com o uso da tecnologia, mas sim a dimensão de interesse pela

política. Talvez as experiências descritas acima mostrem que essa perspectiva está mudando gradativamente. O uso da Internet como ferramenta política, em qualquer uma de suas vertentes, tem a possibilidade de dar à população uma nova chance de se aproximar dessa esfera do poder.

Existem também diversos sites e ferramentas on-line, além das disponibilizadas pelos governos, que auxiliam em processos políticos: desde o engajamento em mobilizações de rua, como o Convoca; aos sites de abaixo-assinado, como o AVAAZ já citado anteriormente; aos mapas colaborativos de problemas urbanos, como o aplicativo Cidade Legal; às listas de discussão e mobilização hacktivista/midiativista, como a Transparência Hacker; e às plataformas de acompanhamento das atividades dos políticos atuantes nas casas legislativas, como o Radar Parlamentar e o Política Esporte Clube, entre outras diversas ações¹².

Contudo, diante de todas as possibilidades apresentadas, os desafios ainda são imensos. Para que uma democracia seja efetiva, é necessário que tenhamos uma relação equilibrada entre a capacitação de cada indivíduo para atuar na esfera política – onde entram as questões de ensino, responsabilidade social, etc. – e uma máquina estatal que enxergue o cidadão como figura central desse sistema. As manifestações ainda não parecem ter parado. No que se refere a novas mobilizações sociais pelo país, podem-se aguardar novas ações nos próximos anos. As pessoas já descobriram o uso da rede como meio de organização de protestos e manifestações.

O que fica é o aprendizado do ano de 2013: de como é possível se mobilizar e como as redes sociais são ferramentas fundamentais nesse processo; e de como a multidão, com seus desejos, singularidades e potência, pode ativar um novo momento da democracia. “Anota aí, eu sou ninguém” revela uma nova inteligência no que se refere aos atuais movimentos sociais contestatórios. Nos quais os processos de horizontalização da comunicação indicam a chamada “singularidade qualquer”, em que corpos e vozes, detentores de múltiplos desejos, negociam a construção de um mundo comum.

¹² Sites dos projetos: Convoca (<http://convoca.cc/>), Cidade Legal (<https://itunes.apple.com/br/app/cidadelegal/id591825219?mt=8>), Transparência Hacker (<https://groups.google.com/forum/#!forum/thackday>), Radar Parlamentar (<http://radarparlamentar.polignu.org/>) e Política Esporte Clube (<http://politicaesportecolube.com/>).

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- AZEVEDO, Maurício Maia Vinhas de. Algumas considerações acerca de uma democracia direta eletrônica. In: **DataGramZero** - Revista de Informação - v. 13 nº 4, ago. 2012. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago12/Art_01.htm>. Acesso em: 19 abr. 2014.
- BIRMAN, Joel. O sujeito da diferença e da multidão. In: **ide** – Psicanálise e cultura, São Paulo, vol. 36, nº 57, 2014.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política vol 1**. Brasília: Unb. 1998.
- CASTAÑEDA, Marcelo. As manifestações de 2013: imbricamentos sociotécnicos e perspectivas. In: CAVA, Bruno e COCCO, Giuseppe (orgs.). **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- _____, Manuel. **Castells propõe outra democracia**. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/castells-propoe-outra-democracia/>>. Acessado em: 9 de setembro de 2013.
- _____, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de. **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- COSTA, Homero de Oliveira. As manifestações e a crise de representação política no Brasil. **O Jornal de Hoje**, 05 jul. 2013. Disponível em: <<http://jornaldehoje.com.br/as-manifestacoes-e-a-crise-de-representacao-politica-nobrasil/>>. Acesso em: 19 abr. 2014.
- FARIA, Glauco e CARVALHO, Igor. É preciso entender as redes e as ruas: entrevista com Laymert Garcia dos Santos. **Revista Forum On-line**, 20 out. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/10/e-preciso-entenderas-redes-e-as-ruas/>>. Acesso em: 13 abr. 2014.
- GOMES, Ricardo. **A política de dessubjetivação**. Uninomade – Rede Universidade Nômade. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/a-potencia-dadessubjetivacao/>>. Acesso em: 18 abr. 2014.
- _____, Ricardo. A sociedade da modulação e as revoltas de junho. In: CAVA, Bruno e COCCO, Giuseppe (orgs.). **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014.
- LÉVY, Pierre. Pela Ciberdemocracia. In: MORAES, Dênis de. **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- _____, Pierre. **Inteligência coletiva: para uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2007
- LOVINK, Geert. **Networks without a cause**. Cambridge: Polity Press, 2012.

MALINI, Fábio. **Dilma nas redes sociais**: o fim da bipolaridade política e o desejo de radicalizar mudanças. Labic – Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura, 20 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.labic.net/grafico/dilmaredes-sociais-demonstra-o-fim-da-bipolaridade-politica-no-brasil-e-desejo-deradicalizar-mudancas/>> . Acesso em: 13 abr. 2014.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. In: **Revista Lugar Comum** n° 19-20, Rio de Janeiro, p. 15-26, jan. – jun. 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/A7bB1t>> . Acesso em: 24 out. 2014.

PELBART, Peter Pál. Anota aí: eu sou ninguém. **Folha de S.Paulo**, 13 jul. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/07/1313378-peterpal-pelbart-anota-ai-eu-sou-ninguem.shtml>> . Acesso em: 11 de setembro de 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: EXO experimental org., Ed. 34, 2009.

RIBEIRO, Renato Janine. **A democracia**. São Paulo: Publifolha, 2008.

RODRIGUES, Adriana Alves. Redes sociais e manifestações: mediação e reconfiguração na esfera pública. In: SOUSA, Cidival Morais de (org.). **Jornadas de junho**: repercussões e leituras. Campina Grande: EDUEPB, 2013.